

# Sumário

## **DOCTRINA**

### Artigos

A influência da nova Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 14.230/2021, no pleito eleitoral de 2022: as consequências da retroatividade da lei mais benéfica no reconhecimento de inelegibilidade pela Justiça Eleitoral, principalmente no que concerne às alíneas *l* e *g* do inciso I, do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90

<b>Ana Luiza Oliveira Lavorato Andrada, Roberta Alves Pinto Guimarães</b> .....	9
1 Introdução.....	9
2 A nova Lei de Improbidade Administrativa – Principais mudanças.....	11
3 A análise da inelegibilidade pela Justiça Eleitoral.....	15
4 A influência da nova Lei de Improbidade Administrativa na análise da inelegibilidade realizada pela Justiça Eleitoral.....	18
5 Conclusão.....	22
Referências.....	23

O sistema proporcional brasileiro e o atual cálculo de sobras eleitorais

<b>Bruno de Oliveira Cruz, Juliano Glinski Pietzack</b> .....	25
Introdução.....	25
Proporcionalidade e o sistema eleitoral.....	26
As mudanças.....	30
Simulação.....	34
Conclusão.....	38
Referências.....	39

Ações afirmativas para promoção da participação das mulheres na política: uma análise crítica da legislação brasileira de 1995 a 2022

<b>Cristina Telles</b> .....	41
1 Introdução.....	41
2 A criação da política de cotas de candidaturas (1995).....	45
3 O aumento do percentual reservado às mulheres e a facultatividade de seu preenchimento (1997).....	46
4 Minirreforma eleitoral de 2009: a transformação das cotas em obrigações partidárias e as primeiras medidas complementares à reserva de candidaturas.....	49
5 Minirreforma de 2015: o <i>Cavalo de Troia</i> trazido às ações afirmativas de incentivo à participação de mulheres na política.....	55
6 A assunção pelo Poder Judiciário do papel de condutor e garantidor da política de promoção da igualdade de gênero na seara eleitoral (2018).....	61
7 A reação política e legislativa em curso (2019).....	64
8 Conclusão.....	71
Referências.....	74

## Propaganda eleitoral no metaverso: limites e possibilidades em um mundo sem limites

<b>Guilherme de Salles Gonçalves</b> .....	79
I Introdução.....	79
II As definições de metaverso, suas características e as diferentes concepções jurídicas.....	81
III As premissas que norteiam a propaganda eleitoral e sua vinculação ao metaverso..	84
IV As bases da legislação eleitoral que viabilizam o uso imediato do metaverso nas campanhas eleitorais.....	89
V Conclusão.....	91
Referências.....	93

## Análise de caso do Acórdão nº 0600227-31/2018: a virada de jurisprudência acerca do uso de *outdoor* no período de pré-campanha, e a (in)observância da necessidade de modulação dos efeitos em obediência aos princípios da anualidade eleitoral e da segurança jurídica

<b>Leandro das Chagas Felix Matias</b> .....	97
--	----

## Ativismo judicial no âmbito eleitoral

<b>Lucas Ceolin Casagrande, Luiz Gustavo de Andrade</b> .....	109
1 Introdução.....	109
2 Breve retrospecto quanto ao ativismo judicial: surgimento, princípios norteadores e suas bases.....	110
3 Ativismo judicial, legítimo ou ilegítimo?.....	114
4 Ativismo na seara eleitoral: análise de casos.....	116
4.1 Imposição de verticalização.....	118
4.2 Fidelidade partidária.....	120
4.3 Proibição do financiamento privado de campanha.....	124
5 Conclusão.....	125
Referências.....	127

## Estratégia jurídica nas ações de cassação

<b>Lucas Ceolin Casagrande, Maria Vitória Bittar Daher da Costa Ferreira, Pedro de Oliveira Maschio Carboni</b> .....	129
1 Introdução.....	129
2 Breve retrospecto sobre a cassação de mandatos eletivos.....	130
3 Os legitimados nas ações de cassação e as diversas modalidades de ação.....	132
4 Potencialidade, gravidade e provas nas condutas que geram cassação.....	135
5 As indispensáveis estratégias jurídicas nas ações de cassação.....	137
6 Conclusão.....	140
Referências.....	142

## Criminalização da política e reflexos no processo eleitoral

<b>Maria Vitória Bittar Daher da Costa Ferreira, Luiz Gustavo de Andrade</b> .....	145
1 Introdução.....	145
2 Improbidade administrativa, corrupção e agentes públicos e políticos.....	146
3 Espetacularização da corrupção no Brasil: uma análise do escândalo do Mensalão e da Operação Lava Jato a partir da obra de Guy Debord.....	151
4 Criminalização da atuação política.....	156
5 Conclusão.....	163
Referências.....	164

Democracia superinformada ou apenas impulsionada: reflexões sobre a configuração de abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação social para gastos com impulsionamento nas redes sociais

<b>Nahomi Helena de Santana, Isabelle Pinheiro Jackiu</b> .....	167
1 Introdução .....	168
2 Redes sociais como meio de comunicação social .....	169
3 O uso indevido dos meios de comunicação social .....	171
4 Abuso de poder econômico .....	174
5 O impulsionamento de conteúdo na <i>internet</i> .....	176
6 Os gastos excessivos de impulsionamento como configuração de abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação social .....	179
7 Conclusão .....	182
Referências .....	183

Quando um voto vale mais que o todo: a suposta irrelevância da potencialidade para cassação de mandatos pelo artigo 41-A depois do RESP 19.553

<b>Nahomi Helena de Santana, Vitor Gabriel Kleinert</b> .....	185
1 Introdução .....	185
2 O bem jurídico que deveria ser tutelado pelo artigo 41-A .....	187
3 O esquecido artigo 219 do Código Eleitoral .....	196
4 Conclusão .....	200
Referências .....	201

Análise sobre as implicações das federações partidárias no cotidiano eleitoral e parlamentar

<b>Rafaele Balbinotte Wincardt, Guilherme Isfer Garcia, Marcelo Lopes</b> .....	203
1 Introdução e provocações .....	204
2 As federações partidárias e o processo eleitoral .....	204
3 Influência das federações partidárias na democracia brasileira .....	207
4 A atuação parlamentar a partir da implementação das federações partidárias .....	210
5 Considerações finais .....	212
Referências .....	213

Federações de partidos políticos como evolução das coligações partidárias

<b>Rebeca Rauta Morghetti, Adriano Sant'Ana Pedra</b> .....	217
Introdução .....	217
Partidos políticos em busca da democracia .....	219
Incoerência ideológica das coligações partidárias .....	221
Federações de partidos políticos .....	224
Considerações finais .....	227
Referências .....	228

Tensões no monopólio dos partidos políticos para lançamento de candidatos: a proposta das candidaturas independentes e possíveis aportes de experiências internacionais

<b>Waldir Franco Félix Júnior, Vinicius Silva Nascimento</b> .....	231
Introdução .....	231
1 O modelo partidário brasileiro no lançamento de candidaturas. Razões históricas de sua escolha e de sua manutenção .....	234

2	A crise de representatividade de partidos políticos e a alternativa das candidaturas independentes. Possíveis aportes a partir de experiências estrangeiras.....	238
3	Conclusão. É possível a implementação de candidaturas independentes no Brasil? Há caminhos traçados pela experiência internacional que possam ser apreendidos? .....	242
	Referências.....	244
	Instruções para os autores.....	247

